



PRIMEIRO DOMINGO DEPOIS DO NATAL (28/12/03)

1ª leitura (Antigo Testamento): Isaías 61:10 – 62:3

O texto deste domingo corresponde à profecia de Trito Isaías (56-66) onde os que retornam do exílio babilônico (a partir de 538 a.C.) anunciam o desafio de construir uma nova sociedade onde a vontade de Deus seja seguida (não como tinha acontecido até então) e onde o povo seja pleno de vida. O texto deste domingo, conforme entende Norman Gottwald (*Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica, p.472. Paulinas, 1988*) esta no centro da profecia de Trito Isaías. Isaías 60-62 reúne os critérios teológicos centrais a partir dos quais a profecia analisa o passado, vê criticamente o presente e concebe a esperança futura. Gottwald intitula estes dois capítulos como “*Proclamação de pessoas plenamente resgatadas*”.

Trito Isaías coloca no centro uma profecia que reúne passado, presente e futuro como uma ação única de Deus. O resgate do passado esta na estreita ligação entre estes dois capítulos e a profecia de Segundo Isaías (40-55). Naquela profecia se esperava a libertação dos cativos da Babilônia mas agora isso já tinha acontecido. Desta forma quer impedir que o povo, agora resgatado das mãos dos seus opressores, esqueça da gratidão e do compromisso de não repetir os pecados que o levaram a sofrer no passado.

O presente deve ser marcado pela ação de graças, onde encontramos a primeira parte do texto deste domingo: Is 61:10-11. A ação de graças é fruto de toda revisão do atos libertadores de Deus no exílio sobre os quais refletiu nos capítulos 60-61. Se agradece pela nova vestimenta ao seu povo antes esfarrapado na escravidão. O conjunto das roupas apresentadas no v.10 é descrito de suas formas. Primeiro são roupas de libertação/salvação (“*iesha*”, de onde também se deriva o nome Jesus, pode ser traduzido como: “*ajuda, libertação, salvação, dar assistência*”). Isso era bastante evidente para os exilados que tinham retornado livres do cativeiro e livres para construir sua vida. Mas também é como manto de justiça (v.10b). É a justiça de uma aliança feliz, como um noivo e uma noiva. Não é justiça no sentido de julgamento/castigo/absolvição (como a que se administra num tribunal) mas como projeto de vida (como a que se celebra nas promessas amorosas de duas pessoas que se amam). Eis aqui a ênfase de Trito Isaías.

No capítulo 62 inicia uma novo poema onde se reafirma o compromisso da comunidade de Trito Isaías de não se conformar apenas com o retorno o que expresse com as duas negativas do v.1 : “*não silenciarei*” e “*não ficarei quieto*”. Eles não querem repetir a história que os levou ao cativeiro mas



começar uma nova história de salvação e justiça. Eis aqui o compromisso com o futuro onde a libertação/salvação e a justiça seja vista por todas as nações do mundo (v.2). (Humberto Maiztegui Gonçalves)

2ª leitura (Epístola): Gálatas 3.23-25; 4.4-7:

É uma pena que para muitas pessoas o nascimento de Jesus signifique apenas um momento do ano para se ganhar presentes. Nada contra os bonitos presentes que ganhamos neste momento especial do ano, mas não podemos ver no natal apenas isso.

Quando lemos as escrituras, e em especial o texto da epístola de hoje, nos damos conta que o primeiro natal não significou exatamente aquilo que as pessoas hoje lêem e acreditam. O primeiro natal é descrito neste texto como sendo um momento especial. Ele é descrito como a "plenitude dos tempos". Por causa desta visão tão especial que Paulo tinha acerca do natal, nos animamos a refletir hoje sobre o seguinte tema: Quando a plenitude dos tempos chega.

Quando a plenitude dos tempos chega, em primeiro lugar, somos livres da escravidão (v. 4, 5). O apóstolo Paulo descreve nossa relação com a lei que regia os relacionamentos entre Deus e os homens, como uma relação de submissão. Ele nos diz, por exemplo, que todos estávamos "encerrador" (3:23) ou seja "aprisionados", "tutelados" (3.23) e "submetidos" (3:25) a ela. Quando Paulo nos diz que a lei nos servia de "aio", ele estava dizendo que a lei era uma espécie de guia que deveria os levar até a escola para que aprendêssemos algo. E, de fato, a lei nos ensinou o quão pecadores somos. O grande mérito da lei, segundo Paulo, foi nos ensinar que somos pecadores. Foi nos revelar quem, de fato, somos, e quão necessitados estamos de um médico. A lei, contudo, era incapaz de apresentar um remédio para a realidade que ela, tão eloqüentemente, descrevia. A chegada da plenitude dos tempos, identificado por Paulo como o envio do Filho (v. 4), contudo a realidade muda. O período de escravidão está no fim e a libertação se aproxima.

Quando a plenitude dos tempos chega, em segundo lugar, somos transformados em filhos (V.6). Que mudança radical Paulo descreve aqui! Paulo se serve de uma figura para explicar esta mudança: a figura de uma família. Nas famílias da época além do Pai e dos filhos, havia também os escravos. Estes não gozavam, obviamente, das mesmas condições e privilégios que eram próprios aos filhos. Contudo, com a chegada da plenitude dos tempos, os escravos são agora transformados em filhos. Eles são, segundo o texto, resgatados (v.5) do poder da lei e adotados como filhos. A marca mais forte de



que agora somos "filhos de Deus" é nosso direito de dizer aquilo que só os filhos legítimos podiam dizer: "aba Pai" (v.6), que significa "paizinho".

Finalmente, quando a plenitude dos tempos chega, em terceiro lugar, somos contados entre os herdeiros (v.7). Uma vez que Deus nos resgatou dos grilhões da lei, uma vez que ele nos adotou como filhos e nos deu o direito de chamá-lo como os filhos legítimos chamam; ele, na plenitude dos tempos, também nos fez seus herdeiros. Como membros da família de Deus somos também beneficiários e herdeiros de todos os bens de nosso Pai. Esta figura nos assegura que a "fazenda" do Pai pertence a seus filhos, assim como o "Reino" de Deus também nos espera. E o que nos garante a posse e a entrada nesta nova realidade em que mora a paz, é a plenitude dos tempos, que já chegou. (Jorge Aquino)

Santo Evangelho: João 1.1-18

Se na liturgia de Natal se acentua a humildade do Messias, no 1º domingo após o Natal se realça sua eterna grandeza e glória. A cristologia do dia de Natal é quenótica, enquanto a do 1º domingo depois do Natal é a cristologia da glória, do senhorio do Cristo pré-existente, do reconhecimento de que Ele é a Palavra criadora, o Verbo eterno. Não se trata de mera especulação sobre a natureza ou substância divina de Jesus. É, antes, reconhecimento de que Cristo é a própria comunicação de Deus, sua própria Palavra, dirigida a toda humanidade e que já agia no mundo mesmo antes da encarnação. Tudo o que Deus disse e fez desde o princípio, a própria obra da criação, os contínuos sinais na história de Israel e de outros povos, podem ser agora contemplados a partir de Cristo. Por isso alguns teólogos patrísticos (Justino, por exemplo) não hesitaram em reconhecer que o Logos divino já atuava antes da encarnação em outras culturas.

Essa Palavra (Logos) não é um substantivo, mas um Verbo (ação criadora) que, segundo o evangelista João, precede à criação. Essa única Palavra-Ação é anterior a todas as palavras da Lei. É Palavra eterna. Quando o evangelista afirma que essa Palavra (Logos-Cristo) é "a luz que brilha nas trevas" (1.5) e que "ilumina todo homem" (1.9), podemos compreender que tal afirmação corresponde à toda época anterior e posterior à vinda histórica de Jesus. Conforme Mateos e Barreto, "se João tivesse usado um imperfeito (brilhava, iluminava), teria sugerido que, a partir da chegada histórica, todo aquele que não tivesse tido notícia dela teria ficado definitivamente privado da luz" (*O Evangelho de São João*, Paulinas, 1989, pg. 39). Porém, essa Palavra continua a "brilhar" e "iluminar" ainda hoje. O versículo 3 ensina que nada existe fora da vontade e do projeto divino, expresso e realizado por sua Palavra. Não há criatura que não seja, de alguma forma, expressão de Deus.



Os versículos 6 a 8 e 14 provavelmente foram inseridos numa época em que era necessário colocar João Batista no seu devido lugar devido ao crescimento da comunidade de seus seguidores. Por isso encontramos tantas vezes no quarto evangelho, explicações claras a respeito do papel de João Batista: testemunhar em favor da luz (v.7). Provavelmente havia naqueles tempos quem identificasse João Batista com a luz. Por isso o evangelista faz questão de frisar: “ele não era a luz” (v.8), mas testemunhava da “verdadeira luz” (v.9). esse é um tema que pode ser explorado: de que modo aqueles que devem dar testemunho da luz acabam sendo identificados com a luz? Sempre há o risco de igrejas, pastores, padres e bispos direcionarem para si os holofotes ao invés de apontarem para a única e verdadeira luz que ilumina todo ser humano.

A partir do versículo 11 o texto fala da chegada histórica do Verbo pela encarnação, acentuando aqui o fracasso da antiga aliança e mostrando que, embora rejeitado por muitos, sempre há quem esteja disposto a acolher o Verbo. Mais à frente, na própria narrativa joanina aparecerão a samaritana (cap. 4), as ovelhas não pertencentes ao redil de Israel (10.16), os gregos (12.20-22), etc. Todos esse que recebem a luz tornam-se “filhos (tekna) de Deus”, ou seja, passam a ter participação em algumas qualidades divinas – Deus os capacita a comunicar vida e luz ao mundo em trevas. Isso, porém, é garantido pela adesão pessoal a Jesus (1.12c). não é adesão a uma teologia, mas a uma pessoa – o Cristo.

“Veio para os que eram seus e os seus não o receberam” – A maior parte dos judeus daquela época não reconheceram Jesus como o Messias. Esse é outro tema que pode ser enfatizado na homilia. Nós também, apesar de ouvirmos continuamente o Evangelho, às vezes não somos capazes de reconhecer Jesus. É comum construirmos cristologias (interpretações teológicas a respeito de Cristo) que podem cegar os nossos olhos a suas manifestações. Isso acontece quando resistimos a reconhecer Cristo de modo diferente daquele com o qual já estamos familiarizados. Procuramos Cristo nos milagres e eventos extraordinários quando, pela encarnação, Ele se tornou tão próximo de nós, tão simples e corriqueiro que podemos também não reconhecê-lo. A resistência do cristianismo contemporâneo em reconhecer Cristo nos pobres é uma recusa da própria encarnação. Pela encarnação, Deus passou a revelar-se com rosto humano e classe social específica. E ainda hoje, sua presença é oculta, disfarçada em rostos conhecidos demais: o da criança carente, do desempregado, do doente, do mendigo, do desamparado, dos que sofrem. Quem assistiu ao filme brasileiro “O auto da compadecida” deve lembrar-se da cena final – uma das mais belas expressões artísticas da teologia da encarnação (quem não assistiu está perdendo).



No versículo 14, o mistério da encarnação é anunciado tendo como base as tradições do Êxodo. Na pessoa de Cristo, Deus “habitou” ou “acampou” entre nós. Essas palavras aludem à antiga Tenda de Encontro (Shekiná), “morada” de Deus entre os israelitas durante a peregrinação pelo deserto. A monarquia israelita tentou cooptar a Shekinah para o Templo de Jerusalém, considerado “casa de Iahweh”. Mas agora, o lugar onde Deus habita não é um templo, e sim um homem concreto, de carne e osso. Seu corpo é o novo santuário. Nele vemos a glória de Deus, mesmo em sua morte sacrificial e, sobretudo, em sua ressurreição. “Glória” é o resplendor da presença divina que aparecia sobre o santuário ou tenda. De acordo com a cristologia joanina, a glória de Deus é a humanidade assumida em Cristo e nele resgatada, redimida e reconciliada.

Finalmente, a “prova!” mais convincente da veracidade dessa mensagem é a salvação e vida comunicadas por Jesus e o fato de Ele revelar a graça e a glória de Deus em plenitude. De acordo com João, todos os que o recebem, participam de algum modo dessa mesma plenitude e também da glória do Pai (Carlos Eduardo B. Calvani)